

## *A Promessa de Desenvolvimento*

**STIGLITZ, Joseph. Globalização como dar Certo, Globalização como dar Certo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Ana Cristina Cerqueira Silva\*

### **Sumário**

Introdução: 1. Um Panorama sobre a Promessa de Desenvolvimento. 2. Descrição do Assunto; 3. Apreciação Crítica. 4. Considerações finais. 5. Referências Bibliográficas.

### **1- Introdução**

Este trabalho trata da promessa de desenvolvimento como fruto da globalização. O milagre do Leste Asiático mostra que o desenvolvimento rápido e o crescimento com equidade, em que pobres e ricos são beneficiados, é possível.

### **2- Descrição do Assunto**

O crescimento do PIB nos países em desenvolvimento não está diretamente relacionado ao crescimento sustentável. As experiências dos países que abriram suas fronteiras ao mercado mostram que a promessa de globalização trouxe efetivamente um prejuízo na vida de seus habitantes com a conseqüente piora na qualidade de vida.

Existem divergências entre os economistas sobre o que efetivamente é capaz de gerar o desenvolvimento de um país. Entretanto, há uma unanimidade entre eles de que a receita do Consenso de Washington não está baseada na equidade, pois pressupõe informação perfeita, competição perfeita e riscos de mercado perfeitos, uma idealização da realidade que tem pouca relevância para os países em desenvolvimento.

---

\* Ana Cristina Cerqueira Silva é aluna do 6º semestre do curso de Direito pelo Centro Universitário UNIEURO. É pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Jurídica (NPJUR) do UNIEURO.

As estratégias de desenvolvimento concentradas na minimização do papel do governo, enfatizando a privatização, a liberação do comércio e do mercado de capitais, e a desregulamentação, na prática, têm gerado o aumento de desigualdades e piorado a vida de milhares de pessoas, reduzindo o número de empregos e aumentando exponencialmente a pobreza no mundo.

O Leste Asiático provou o sucesso de um caminho diverso do Consenso de Washington. A globalização, na forma de desenvolvimento liderado pelas exportações, ajudou a tirar os países do Leste Asiático da pobreza, graças ao acesso aos mercados internacionais que possibilitou, bem como às tecnologias que permitiram enormes aumentos de produtividade. Mas esses países administraram a globalização, tiveram a capacidade de se aproveitar dela sem que a globalização se aproveitasse deles, o que explica boa parte de seu sucesso.

Esses governos asseguraram que os benefícios do crescimento não ficassem apenas com uns poucos, mas fossem amplamente compartilhados. Eles não se concentraram apenas na estabilidade dos preços, mas, também, na estabilidade real, garantindo que novos empregos fossem criados para acompanhar o ritmo do crescimento da força de trabalho.

A pobreza caiu imensamente, enquanto a saúde e a expectativa de vida melhoravam e a alfabetização se aproximava da universalidade. Em 1960, a renda per capita da Malásia era de 784 dólares. Hoje, está acima dos 4 mil dólares. O nível médio de educação da Coreia do Sul em 1960 estava abaixo dos 4 anos; hoje, o país é líder em indústrias de alta tecnologia, como a produção de *chips*, e sua renda aumentou dezesseis vezes nos últimos quarenta anos.

A globalização foi calculada e graduada e o governo intervinha com cuidado, mas amplamente na economia. Evidentemente, fizeram todas as coisas usuais que se espera de um governo. Expandiram a educação primária e a superior ao mesmo tempo, reconhecendo que o processo exigia tanto a alfabetização universal quanto quadros altamente habilitados, capazes de absorver a tecnologia avançada. Investiram pesadamente em infra-estrutura, como portos, estradas e pontes, facilitando o transporte de bens e diminuindo o custo dos negócios e da exportação de mercadorias.

No Leste Asiático, foram além do que os governos costumam fazer. Eles desempenharam um grande papel no planejamento e no progresso da tecnologia, escolhendo

quais setores de seus países iriam se desenvolver, em vez de deixar essa decisão apenas para o mercado. Se deram conta de que os avanços tecnológicos em uma área ajudavam a estimular o crescimento em outra. Perceberam que os mercados deixavam freqüentemente de coordenar bem as novas atividades. Perceberam, também, que muitas vezes os bancos estavam menos interessados em emprestar para indústrias novas do que oferecer financiamento à especulação imobiliária.

Os governos do Leste Asiático mostraram que o dinheiro para seus investimentos veio da própria população, à medida que estimulavam a poupança; e, assim, esses países não precisaram depender dos fluxos de capital volátil do exterior. Todos esses países acreditavam na importância dos mercados, mas se deram conta de que era preciso criá-los e governá-los, e que, às vezes, as empresas privadas podem não fazer o que é preciso ser feito. Se os bancos privados não abrem agências nas áreas rurais para captar poupança, o governo precisa intervir. Se os bancos privados não oferecem crédito de longo prazo, o governo precisa intervir.

O Leste Asiático aprendeu que a globalização, quando bem gerida, traz imensa prosperidade, mas quando significa abertura para fluxos especulativos desestabilizadores, causa uma devastação econômica. Com isso, as autoridades da região passaram a rejeitar com maior firmeza ainda o fundamentalismo de mercado do Consenso de Washington que abriu seus países para os estragos dos especuladores.

Hoje, os países em desenvolvimento de todo o mundo observam a Ásia, os exemplos de sucesso, para ver o que podem aprender. Não surpreende que o apoio global ao Consenso de Washington tenha declinado. Seus fracassos podem ser vistos na África, na América Latina e nas economias em transição. O teste mais claro ocorreu na transição do comunismo para uma economia de mercado: quase todos os países que seguiram suas recomendações fracassaram. Na melhor das hipóteses, conseguiram um desenvolvimento débil; na pior, sofrem de uma desigualdade crescente e de instabilidade.

### **3- Apreciação Crítica**

Sucesso significa um desenvolvimento sustentável, equitativo e democrático que tenha seu foco na melhoria dos padrões de vida e não apenas no PIB medido. A renda é, evidentemente, uma parte importante dos padrões de vida, mas também o são a saúde e a

educação. O PIB é uma medida útil de crescimento econômico, mas não é tudo. É possível aumentar o PIB espoliando o meio ambiente, esgotando recursos naturais escassos, fazendo empréstimos no exterior, mas esse tipo de crescimento não é sustentável.

Se o crescimento econômico não é compartilhado por toda a sociedade, então o desenvolvimento fracassou. O recurso mais importante de um país é seu povo, e, se uma grande parcela de sua população não realiza seu potencial, em consequência da falta de acesso à educação ou porque sofrem os efeitos duradouros da desnutrição infantil, o país também não será capaz de realizar seu potencial. Os governos do Leste Asiático perceberam que o sucesso exige estabilidade social e política, e que, por sua vez, essa estabilidade requer altos níveis de emprego e desigualdade limitada.

De percepção comum já do povo, até do mais simples, que a economia internacional "globalizada", apesar de sua fantástica capacidade produtiva exemplar, está criando uma realidade nova globalizadora muito preocupante – *a de um mundo novo de desempregados, de desiludidos, de desesperançados e de excluídos* – decorrente da política de redução do papel do Estado, na busca prevalente do mero interesse particular do lucro, sem qualquer preocupação com a vida, que é a razão principal do Estado.

Esta realidade cruel já foi reconhecida até mesmo por FHC em sua recente entrevista ao Jornal espanhol "El País", ao redefinir o papel do Estado como um "ser ecológico", ou seja: *"O Estado deve ocupar-se da vida. A vida, as pessoas, a saúde, a educação, a segurança, o meio ambiente. O mercado não se ocupa disso. Nunca se ocupou nem vai ocupar-se. O Estado deve ser o gestor da vida e o mercado, o gestor dos bens. E a vida tem de prevalecer sobre os bens"* (Folha de S. Paulo, 30.10.2001).

Não foi por outro motivo que o constituinte brasileiro, ao reconhecer essa realidade incontestável de objetivos diversos e buscando assegurar ao Estado condições da promoção do bem comum e tendo o homem como beneficiário e destinatário de todas as riquezas geradas pela produção econômica, assegurou a prevalência do social em detrimento do mero interesse particular do lucro (CF, art. 5º, inciso XXIII e 170, incisos, I, III, V, VI, VII, VIII).

#### **4- Considerações Finais**

Nas décadas de 1960 e 1970, pensava-se que o que separava países menos e mais desenvolvidos era a falta de capital dos primeiros. Enfatizavam-se poupança e investimento. Quando ficou claro que a ajuda externa e o acesso mais fácil ao capital não levavam aos resultados esperados, muitos estudiosos propuseram a idéia de que os mercados eram a solução e que os governos atravancavam o caminho. Portanto, tudo o que era preciso para o desenvolvimento era tirar o governo do caminho, privatizar e liberalizar, eliminar regulamentações, cortar gastos públicos e apertar as restrições ao crédito.

Os exemplos da Rússia e da América Latina mostraram que a estratégia de simplesmente tirar o governo do caminho também havia fracassado. Ficou claro que era preciso uma mudança profunda de estratégia, uma abordagem mais abrangente do desenvolvimento, com diferença de país para país e de momento para momento. Porém essas estratégias não eram realmente novas: eram variantes daquelas que haviam funcionado tão bem e durante tanto tempo no Leste Asiático e em outros lugares, mas que foram ignoradas pelos crentes do Consenso de Washington e do fundamentalismo de mercado.

Os sucessos na Ásia repetiram o dos Estados Unidos e de outros países do mundo industrializado: o governo tem um grande papel a desempenhar. O *mix* correto de governo e mercado será diferente entre países e ao longo do tempo.

O desenvolvimento diz respeito a transformar a vida das pessoas, não apenas as economias. As políticas de educação ou de emprego precisam ser vistas por meio dessa dupla lente: como elas promovem o crescimento e como afetam os indivíduos diretamente. O investimento nas pessoas produz um retorno, do mesmo modo como o investimento em máquinas.

Os países do Leste Asiático fizeram a globalização funcionar para eles e seu sucesso é o melhor argumento a favor do bem que a globalização pode fazer para outros países em desenvolvimento. Mas, para alguns dos países mais pobres do mundo, dependentes como são da ajuda do Banco Mundial, do FMI, de doadores da Europa, Estados Unidos e Japão, as condições impostas para que possam receber essa ajuda ainda podem impedi-los de seguir políticas econômicas de sua própria escolha, entre elas aquelas que deram tão certo no Leste Asiático. E os recentes acordos de comércio internacional tornaram mais difíceis, senão impossíveis, as políticas de promoção da tecnologia, diminuição da distância do conhecimento e utilização dos mercados financeiros como catalisadores para o crescimento.

## **5- Referências Bibliográficas**

**STIGLITZ**, Joseph. **Globalização como dar Certo, Globalização como dar Certo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

**SALVADOR**, Luiz. *CLT: Colisão de Interesses*. Fonte: [http:// www.jusnavigandi.com.br](http://www.jusnavigandi.com.br) , capturado em [ /07 /2008 ].